

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

**Curso de Profissionalização para o Cargo de
Analista Técnico de Desenvolvimento
Socioeconômico (ATDS)**



**0
ATDS**

ANALISTA TÉCNICO DE
DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO

1ª edição

Escola Nacional de Administração Pública - Enap

SPO Área Especial 2-A, Asa Sul | CEP: 70.610-900 | Brasília/DF

Telefone: (61) 2020-3000

Esther Dweck

Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Betânia Lemos

Presidenta da Fundação Escola Nacional de Administração Pública

Iara Cristina da Silva Alves

Diretora de Educação Executiva

Carolina Pereira Tokarski

Coordenadora-Geral de Formação Inicial de Carreiras

Paula Cristina Mortari da Costa

Coordenadora-Geral de Aperfeiçoamento para Carreiras

Rubens Lacerda

Assessor da Diretoria de Educação Executiva e colaborador acadêmico

Fernanda de Barros Boaventura

Coordenadora do Curso de Profissionalização de Carreiras para o cargo de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico

Josemar Faria da Silva

Coordenador-Adjunto do Curso de Profissionalização de Carreiras para o cargo de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico

Fernanda Graziella Cardoso

Norberto Montani Martins

Curadoria do curso

Michelle G. Moraes de Sá e Silva

Curadora do Eixo 1

Janaina Angelina Teixeira

Liliane Campos Machado

Curadoras Pedagógicas

Diagramação: Ana Carla Gualberto Cardoso

Revisão: Angélica Turquetti

Ficha catalográfica elaborada pela equipe da Biblioteca Graciliano Ramos da Enap

E747p Escola Nacional de Administração Pública (Enap) Projeto pedagógico de curso: curso de profissionalização para o cargo de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico (ATDS) / Escola Nacional de Administração Pública. -- Brasília: Enap, 2026.
32 p.: il.

Inclui bibliografia.

1. Projeto Pedagógico. 2. Desenvolvimento Socioeconômico. 3. Políticas Públicas. 4. Formação Profissional. 5. Carreira Pública. 6. Administração Pública. I. Título.

CDD 378.19

Bibliotecária: Elda Campos Bezerra - CRB 1/1425

Sumário

1. Programa de Profissionalização para Carreiras - PROFCAR	6
1.1. Caracterização do programa	6
1.2. Objetivo geral do programa	7
1.3. Princípios orientadores.....	7
2. APRESENTAÇÃO.....	8
2.1. Contexto	8
2.2. Justificativa	9
3. OBJETIVOS DO CURSO	10
3.1. Objetivo geral	10
3.2. Objetivos específicos	10
4. MATRIZ CURRICULAR	11
5. COMPETÊNCIAS.....	13
5.1. Competências Transversais	13
6. ESTRUTURA DOS EIXOS FORMATIVOS	15
6.1 Eixo basilar	15
Eixo 1 - Estado, democracia e cidadania	15
6.2. Competências Específicas.....	18
Eixo 2 - Teorias e trajetórias do Desenvolvimento Socioeconômico	19
Eixo 3 - Políticas Públicas e Desenvolvimento Socioeconômico	20
7. CARGA HORÁRIA	23
8. METODOLOGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....	24
9. LABORATÓRIO DE CASO.....	25
10. PROCESSO DE AVALIAÇÃO.....	26
10.1. Avaliação da Aprendizagem	26
10.2. Avaliação de reação	27
11. CERTIFICADO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU	28
12. INFRAESTRUTURA E APOIO À APRENDIZAGEM	29
13. PERÍODO DE REALIZAÇÃO E JORNADA DE ATIVIDADES	30
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	31

Identificação da capacitação

O Curso de Profissionalização para o Cargo de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico (ATDS) é uma pós-graduação *lato sensu*, com carga horária de 360 horas, que integra o Programa de Profissionalização para a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico. A especialização articula fundamentos da atuação estatal, conhecimentos específicos da carreira e metodologias aplicadas à análise e à solução de problemas públicos.

Título

Curso de Profissionalização para o Cargo de Analista Técnico de **Desenvolvimento Socioeconômico** – Pós-Graduação *lato sensu*.

Edição

1ª Edição

Instituição Ofertante

Escola Nacional de Administração Pública - Enap.

Órgão Demandante

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

Modalidade

Presencial, com atividades acadêmicas orientadas, estudos prévios e atividades complementares, conforme a organização curricular estabelecida neste Projeto Pedagógico.

Carga Horária

360 horas.

Público do curso

Pessoas servidoras públicas federais ocupantes do cargo de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico, integrante da Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, observados os critérios institucionais e acadêmicos definidos para participação no curso.

Natureza acadêmica

Curso de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização, integrante do Programa de Profissionalização para Carreiras (PROFCAR) e destinado ao desenvolvimento de competências profissionais para o exercício qualificado das atribuições do cargo.

Título acadêmico

Especialista em Políticas de Desenvolvimento Socioeconômico

1. Programa de Profissionalização para Carreiras – PROFCAR

1.1. Caracterização do programa

O Programa de Profissionalização para Carreiras-PROFCAR constitui uma iniciativa de desenvolvimento profissional destinada a pessoas que ingressam em carreiras estratégicas da Administração Pública Federal. Sua finalidade é favorecer a apropriação de conhecimentos, competências e referenciais éticos necessários ao exercício qualificado da função pública, considerando as atribuições legais dos cargos e os desafios contemporâneos da atuação estatal.

O programa articula uma base transversal de conhecimentos sobre Estado, democracia, cidadania, administração pública, políticas públicas, ética, integridade, diversidade, direitos humanos, transformação digital e capacidades governamentais com conteúdos específicos relacionados às atribuições, aos campos de atuação e aos desafios de cada carreira.

A proposta parte do reconhecimento de que o ingresso em uma carreira pública de nível superior requer conhecimentos técnicos especializados, compreensão do ambiente político-institucional, capacidade de análise de problemas complexos, utilização responsável de evidências, coordenação de atores, atuação colaborativa e compromisso permanente com a geração de valor público.

Os cursos integrantes do programa são estruturados como **pós-graduações *lato sensu***, orientadas à integração entre conhecimentos acadêmicos e práticas profissionais. O percurso formativo busca desenvolver uma visão sistêmica da atuação estatal, fortalecer a identidade profissional das pessoas integrantes das carreiras e ampliar suas capacidades para formular, implementar, coordenar, monitorar e avaliar políticas, programas, projetos e ações governamentais.

O Programa de Profissionalização para Carreiras-PROFCAR integra a missão institucional da Enap de desenvolver competências de agentes públicos para gerar valor para a sociedade. Sua implementação contribui para o fortalecimento das capacidades do Estado, para a valorização do serviço público profissional e para a atuação democrática, ética, inclusiva, inovadora e orientada ao interesse público.

A oferta do Curso de Profissionalização em nível de pós-graduação *lato sensu* fundamenta-se na complexidade das atribuições exercidas pelas pessoas ocupantes do cargo de **Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico**. Essas atribuições exigem conhecimentos especializados, capacidade analítica, compreensão do funcionamento do Estado e domínio de instrumentos de formulação, implementação, coordenação, monitoramento e avaliação de políticas públicas.

A especialização proporciona um percurso acadêmico estruturado, com carga horária e metodologias compatíveis com a profundidade das competências profissionais a serem desenvolvidas. Sua organização articula fundamentos teóricos, conteúdos específicos da carreira, análise de evidências, estudos de caso e aplicação prática dos conhecimentos.

Para as pessoas que ingressam na carreira, o curso favorece a compreensão do ambiente institucional, dos marcos legais, dos processos decisórios e dos desafios concretos da atuação governamental. A experiência formativa também contribui para a construção de uma identidade profissional compartilhada e orientada pelo interesse público, pela ética, pela integridade, pela diversidade, pelos direitos humanos e pelo compromisso democrático.

A pós-graduação *lato sensu* representa, assim, um instrumento de profissionalização e valorização das carreiras públicas. Seu impacto alcança o desempenho individual, a capacidade das instituições e a qualidade das políticas e dos serviços entregues à sociedade.

1.2. Objetivo geral do programa

Desenvolver competências transversais e específicas necessárias ao exercício qualificado das atribuições de carreiras estratégicas da Administração Pública Federal, mediante a integração entre conhecimentos acadêmicos, práticas profissionais e análise de problemas públicos, com foco na geração de valor para a sociedade e no fortalecimento das capacidades estatais.

1.3. Princípios orientadores

O Programa de Profissionalização para Carreiras será orientado pelos seguintes princípios:

1. compromisso com o Estado Democrático de Direito e com o interesse público;
2. valorização do serviço público profissional, ético e responsivo;
3. integração entre conhecimentos teóricos e práticas profissionais;
4. atuação baseada em dados, evidências e análise crítica;
5. promoção da diversidade, da equidade, da inclusão e dos direitos humanos;
6. fortalecimento da capacidade de coordenação, cooperação e atuação interinstitucional;
7. orientação para resultados e geração de valor público;
8. inovação responsável e uso ético de tecnologias;
9. aprendizagem ativa, colaborativa e centrada nas pessoas discentes;
10. desenvolvimento profissional contínuo ao longo da trajetória funcional.

2. APRESENTAÇÃO

Este documento tem como objetivo apresentar as diretrizes formativas que irão nortear o Programa de Profissionalização e o curso para o cargo de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico (ATDS)

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) apresenta contexto, justificativa, objetivos, matriz curricular, competências transversais e específicas, carga horária, metodologia, caracterização das disciplinas, proposta metodológica dos laboratórios de caso e metodologias de avaliação.

2.1. Contexto

A criação da **Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico**, instituída pela **Lei nº 15.141, de 2025**, insere-se no contexto das iniciativas de transformação e modernização do Estado brasileiro voltadas ao fortalecimento das capacidades institucionais da Administração Pública Federal para responder aos desafios contemporâneos do desenvolvimento nacional. A carreira foi concebida com o propósito de ampliar a capacidade estatal de formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas orientadas ao desenvolvimento socioeconômico sustentável, inclusivo e comprometido com a redução das desigualdades sociais e territoriais.

A carreira é composta pelo cargo de **Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico (ATDS)**, de nível superior, regido pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Conforme previsto na legislação, os ocupantes do cargo terão lotação no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), na qualidade de órgão supervisor, com exercício descentralizado em órgãos da administração pública federal direta e, quando houver interesse da administração, em autarquias e fundações com competências relacionadas às políticas de desenvolvimento socioeconômico.

As atribuições do cargo refletem a natureza estratégica e transversal da carreira no âmbito do Estado brasileiro. Entre suas responsabilidades estão a assistência técnica em projetos e programas de desenvolvimento socioeconômico; o planejamento, a implementação, a análise e a avaliação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional e territorial sustentável; a análise da viabilidade econômica de projetos de investimento e desenvolvimento sustentável; a produção e análise de dados socioeconômicos para subsidiar o aperfeiçoamento de políticas públicas; o apoio às atividades de supervisão, planejamento, coordenação, monitoramento e avaliação de empresas estatais; e o suporte à definição de estratégias de monitoramento e avaliação das políticas de desenvolvimento socioeconômico.

Nesse cenário, o fortalecimento das capacidades estatais requer a atuação de profissionais qualificados, capazes de compreender a complexidade dos problemas públicos, atuar de forma articulada em diferentes áreas governamentais e subsidiar processos decisórios baseados em evidências. A criação da Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico representa, portanto, uma resposta institucional à necessidade de consolidar uma burocracia pública profissional, preparada para contribuir com a

promoção do desenvolvimento sustentável, a ampliação da efetividade das políticas públicas e a geração de valor público para a sociedade brasileira.

2.2. Justificativa

Este Projeto Pedagógico de Curso insere-se no contexto de fortalecimento das capacidades estatais e de aprimoramento das estratégias de formação e desenvolvimento de servidores públicos federais, partindo do reconhecimento do dinamismo e da complexidade dos desafios contemporâneos relacionados ao desenvolvimento socioeconômico do país. As transformações sociais, econômicas, territoriais e institucionais exigem uma atuação qualificada do Estado, dotada de capacidade analítica, visão sistêmica e reflexão crítica sobre os problemas públicos e suas múltiplas determinações, bem como de competências para produzir e utilizar evidências e aplicar instrumentos de planejamento, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas eficazes para a promoção do desenvolvimento socioeconômico sustentável e para a geração de valor público.

A criação da carreira de Desenvolvimento Socioeconômico representa um marco no fortalecimento das capacidades estatais voltadas à formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas orientadas ao desenvolvimento do país. Instituída pela Lei nº 15.141, de 2025, a carreira surge em um contexto de crescente complexidade dos desafios econômicos, sociais, ambientais e territoriais enfrentados pelo Estado brasileiro, demandando quadros especializados capazes de atuar na promoção do desenvolvimento socioeconômico sustentável, inclusivo e comprometido com a redução das desigualdades sociais e regionais.

Esta primeira edição do Programa de Profissionalização de Carreiras reflete o caráter inaugural da carreira e sua relevância estratégica para a Administração Pública Federal. Mais do que preparar os primeiros servidores para ingressarem no cargo, o programa busca contribuir para a construção de uma identidade profissional orientada pela atuação técnica qualificada, pelo compromisso com o interesse público e pela capacidade de compreender e intervir em problemas complexos relacionados ao desenvolvimento nacional.

Os Analistas Técnicos de Desenvolvimento Socioeconômico constituem um corpo de servidores especializados, preparados para atuar de forma transversal em diferentes órgãos e entidades da Administração Pública Federal, contribuindo para a produção e análise de evidências, elaboração de diagnósticos, formulação de políticas, coordenação de ações governamentais e apoio aos processos decisórios. Sua atuação abrange temas relacionados ao desenvolvimento econômico, regional, urbano, rural, social, produtivo e ambiental, considerando as múltiplas dimensões que condicionam o desenvolvimento do país.

A natureza transversal da carreira reflete a necessidade de respostas estatais integradas para desafios complexos e multifacetados, exigindo capacidades de articulação intersetorial, coordenação federativa, diálogo institucional e atuação baseada em evidências. Nesse sentido, os Analistas Técnicos de Desenvolvimento Socioeconômico desempenham papel estratégico na construção, implementação

e aperfeiçoamento de políticas públicas voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável, da inclusão social, da inovação e da redução das desigualdades territoriais, contribuindo para o fortalecimento da capacidade estatal e para a consecução dos objetivos de desenvolvimento do Brasil.

No âmbito do *ethos* público, a formação busca garantir de forma transversalizada assegurar, de forma transversal, a observância de princípios como cidadania, interesse público, equidade social e justiça, bem como a preocupação com a conservação da integridade do Estado Democrático de Direito.

Portanto, a formação de recentes integrantes da carreira deve envolver o desenvolvimento de uma pluralidade de competências que serão mobilizadas ao longo de sua vida funcional. Esta formação deve estar sustentada pelos pilares estratégicos da democracia, do desenvolvimento inclusivo e sustentável, da diversidade e dos direitos humanos, conforme os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil e com o estabelecido na Constituição Federal.

3. OBJETIVOS DO CURSO

3.1. Objetivo geral

Desenvolver competências profissionais para o exercício qualificado das atribuições do cargo de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico (ATDS), por meio da integração entre conhecimentos sobre Estado e administração pública e capacidades específicas relacionadas à formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico sustentável, inclusivo e orientado à redução das desigualdades sociais e territoriais.

3.2. Objetivos específicos

1. Desenvolver competências para prestar assistência técnica a projetos e programas de desenvolvimento socioeconômico.
2. Aplicar instrumentos de planejamento, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas de desenvolvimento regional e territorial sustentável.
3. Analisar e interpretar dados e indicadores socioeconômicos para subsidiar decisões e o aperfeiçoamento de políticas públicas.
4. Avaliar a viabilidade econômica de projetos de investimento e de desenvolvimento sustentável.
5. Atuar com ética, compromisso com o interesse público e orientação para o desenvolvimento sustentável e a redução das desigualdades sociais e territoriais.

4. MATRIZ CURRICULAR

A matriz curricular do Curso de Profissionalização é composta por atividade de ambientação, três eixos formativos, laboratórios de caso e atividades acadêmicas integradoras, conforme o quadro a seguir.

Atividade Integradora	Carga horária
Ambientação ao Programa e Aula Magna	-

EIXO 1	Disciplinas	Carga horária
Eixo 1 - Estado, Democracia e Cidadania 128h	Estado Democrático	20h
	Burocracia e Ethos Público	16h
	Governança e Governabilidade	20h
	Mudança Climática - Desafios para a Administração Pública	12h
	Diversidade Populacional	20h
	Governo Digital	16h
	Minicurso: Gestão do Conhecimento	4h
	Minicurso: Integridade e Ética no Serviço Público	4h
	Minicurso: Comunicação no Serviço Público	4h
	Minicurso: Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual e à Discriminação no Setor Público	4h
	Minicurso: Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres e Prevenção ao Feminicídio	8h

EIXO 2	Disciplinas	Carga horária
Teorias e Trajetórias do Desenvolvimento Socioeconômico 118h	A problemática estrutural do desenvolvimento socioeconômico	16h
	Visões contemporâneas do desenvolvimento socioeconômico	16h
	Teorias e Estratégias de Desenvolvimento Regional	24h
	Economia brasileira contemporânea	16h
	Experiências de desenvolvimento comparadas	16h
	Palestra - O plano de Transformação Ecológica do Brasil	2h
	Laboratório de caso	28h

EIXO 3	Disciplinas	Carga horária
Políticas Públicas e Desenvolvimento Socioeconômico 114h	Tópicos de Macroeconomia do desenvolvimento	16h
	Formulação de políticas públicas em economia	16h
	Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas	16h
	Políticas industriais e tecnológicas	12h
	Estatais e desenvolvimento	12h
	Financiamento do Desenvolvimento	12h
	Palestra: Financiando o desenvolvimento no século XXI	2h
	Laboratório de caso	28h

Carga horária total do curso: 360h

5. COMPETÊNCIAS

5.1. Competências Transversais

As competências transversais correspondem ao conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais ao exercício da função pública em diferentes contextos organizacionais e campos de atuação governamental.

O curso adotará como referência as competências transversais definidas pela Enap para um setor público de alto desempenho. Essas competências serão desenvolvidas de forma integrada nos componentes curriculares, nos estudos de caso, nas atividades práticas, nos laboratórios e nos processos de avaliação da aprendizagem.

São competências transversais a serem mobilizadas ao longo do curso:

1. Resolução de Problemas com Base em Dados

Capacidade para idear soluções inovadoras e efetivas para problemas de baixa, média ou elevada complexidade mediante a utilização de dados numéricos e não numéricos, bem como de evidências que permitam a precisão e viabilidade das soluções.

2. Foco nos Resultados para os Cidadãos

Capacidade para superar o desempenho padrão e apresentar soluções alinhadas ao cumprimento de metas e ao alcance dos objetivos estratégicos das organizações públicas, garantindo atendimento das necessidades de pessoas usuárias e cidadãos.

3. Mentalidade Digital

Capacidade de integrar as tecnologias digitais com os modelos de gestão, processos de tomada de decisão, com a geração de produtos e serviços e com os meios de comunicação interna, externa e de relacionamento com pessoas usuárias.

Escutar, indagar e expressar conceitos e ideias nos momentos apropriados e de forma efetiva, garantindo-se a dinâmica produtiva das interações internas e externas.

4. Trabalho em Equipe

Capacidade de colaborar e cooperar em atividades desenvolvidas coletivamente, em busca do alcance de metas compartilhadas, compreendendo a repercussão das próprias ações para o êxito ou alcance dos objetivos estabelecidos pelo grupo.

5. Ética e integridade pública

Capacidade de agir de forma refletida e consciente nas relações profissionais e interpessoais, considerando princípios e valores que priorizem o interesse público.

6. Visão Sistêmica

Capacidade para identificar os principais marcos institucionais e as tendências sociais, políticas e econômicas nos cenários local, regional, nacional e internacional, que podem impactar os processos decisórios e a gestão de programas e projetos no âmbito do setor público.

7. Diversidade e inclusão

Capacidade de reconhecer e valorizar a diversidade de características, identidades, vivências e perspectivas de pessoas e grupos, criando ambientes de trabalho nos quais as pessoas sejam acolhidas em suas singularidades e contribuindo para a oferta de serviços públicos inclusivos.

(Fonte: Instrução Normativa SGP-ENAP/MGI nº 11, de 27 de março de 2024)

6. ESTRUTURA DOS EIXOS FORMATIVOS

6.1 Eixo basilar

Eixo 1 - Estado, democracia e cidadania

Para desenvolver as competências transversais para um setor público de alto desempenho e fortalecer o *ethos* público democrático desejável para um Estado fortalecido, o **Eixo 1 - Estado, Democracia e Cidadania** é um tema fundamental proposto como currículo transversal aos programas de profissionalização e às formações iniciais de carreiras realizadas pela Enap.

As disciplinas desenvolvem competências essenciais a todas as pessoas servidoras da Administração Federal. Trata-se de competências basilares para uma atuação comprometida e consciente por futuros agentes do Estado que servirão à cidadania brasileira.

Competência Geral: assistir à tomada de decisão e à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, garantindo os princípios democráticos e de direitos humanos, a sustentabilidade, a diversidade, a equidade e a inclusão.

Conheça, a seguir, as disciplinas que compõem o Eixo 1 - Estado, Democracia e Cidadania.

Disciplina: Estado Democrático (20h)

Competência: exercer a função pública observando os fundamentos do Estado Democrático de Direito e buscando garantir o estado de bem-estar social.

Ementa: democracia na contemporaneidade; formação do Estado brasileiro; redemocratização e o Estado garantidor de direitos; crises da democracia e da cidadania social; relações entre Estado e sociedade sob a perspectiva da ampliação do bem-estar social.

Disciplina: Burocracia e Ethos Público (16h)

Competência: servir o Estado brasileiro respeitando os preceitos de um *ethos* burocrático democrático.

Ementa: história da concepção e papel da burocracia; funções da burocracia na democracia; papéis da burocracia nas políticas públicas; relação entre políticos e burocratas; *ethos* burocrático democrático; ética do servir e integridade; representação burocrática; experiência internacional da burocracia, tamanho do setor público em perspectiva comparada.

Disciplina: Governança e Governabilidade (20h)

Competência: atuar no serviço público compreendendo a separação entre Poderes, as complexidades da divisão de competências e de receitas entre entes federados e as particularidades do sistema político brasileiro.

Ementa: governança; separação entre Poderes; Federalismo; desafios para a atuação no Executivo Federal; Presidencialismo de coalizão; relação entre Executivo e Legislativo na construção de políticas; pactuação para o orçamento público e emendas parlamentares; papel do Judiciário, Ministério Público, Controle Externo e Sociedade Civil.

Disciplina: Mudança Climática - Desafios para a Administração Pública (12h)

Competência: reconhecer a crise climática como uma condição prioritária de influência sobre a formulação e a implementação de políticas públicas, identificar os principais fatores que levam à mudança climática observada e futura e refletir sobre o papel do Brasil na mitigação das emissões de gases de efeito estufa e sobre as necessidades de adaptação das atividades produtivas e da infraestrutura, em especial para populações vulnerabilizadas.

Ementa: fatores físicos da mudança do clima; mitigação e adaptação à mudança do clima; governança climática nacional e internacional; políticas públicas nacionais e subnacionais; exemplos de impactos e da resposta do setor público aos desastres ambientais no Brasil.

Disciplina: Diversidade Populacional e Desigualdades no Brasil (20h)

Competência: reconhecer as origens históricas e as dimensões estruturais que condicionam e reproduzem as desigualdades de raça, gênero, classe e etnia no Brasil, atuando no serviço público contemplando as várias dimensões da diversidade que marcam a população e mobilizando diversos mecanismos para mitigar e reverter essas situações.

Ementa: a desigualdade, sob perspectiva histórica; aspectos estruturais da estratificação social: educação, mobilidade social e renda; abordagem multidimensional das desigualdades: raça, gênero e suas intersecções com outros marcadores de vulnerabilidade; aspectos não econômicos da desigualdade: modo de vida e trajetórias, visões de mundo e perspectivas de grupos sociais que sofrem discriminação e apagamento por etnia, gênero, raça, orientação sexual, identidade de gênero e deficiência.

Disciplina: Governo Digital (16h)

Competência: compreender a relevância de incorporar ferramentas de governo digital nas rotinas e nos processos de trabalho, potencializando o alcance da transformação digital nos serviços públicos.

Ementa: transformação digital no serviço público; infraestrutura de dados; privacidade e segurança da informação; proteção de dados; identidade digital; inclusão e exclusão digital; plataformas de serviços públicos com foco no cidadão; inteligência artificial; inovação no serviço público por meio de soluções digitais.

Minicurso: Gestão do Conhecimento (4h)

Competência: compreender os fundamentos da gestão do conhecimento no setor público, reconhecendo sua importância para a aprendizagem organizacional, a

inovação, a preservação do conhecimento institucional e o aprimoramento da tomada de decisão e da prestação de serviços públicos.

Ementa: conceitos e fundamentos da gestão do conhecimento; dado, informação e conhecimento; conhecimento tácito e explícito; criação, compartilhamento e retenção do conhecimento nas organizações públicas; aprendizagem organizacional; comunidades de prática; memória organizacional; ferramentas e estratégias de gestão do conhecimento; inovação no setor público; desafios e oportunidades para a implementação da gestão do conhecimento na administração pública.

Minicurso: Integridade e ética no serviço público (4h)

Competência: compreender os princípios éticos e os mecanismos de integridade aplicáveis ao serviço público, promovendo condutas orientadas pelo interesse público, pela transparência e pela prevenção de riscos à integridade.

Ementa: fundamentos da ética e da integridade no serviço público; princípios da administração pública; valores e condutas éticas; conflitos de interesses; prevenção à fraude e à corrupção; promoção da cultura de integridade; transparência, *accountability* e responsabilidade na atuação dos agentes públicos.

Minicurso: Comunicação no Serviço Público (4h)

Competência: Compreender a comunicação no setor público, incluindo suas estratégias, instrumentos e diretrizes, para promover uma comunicação centrada no cidadão, inclusiva, acessível e efetiva.

Ementa: fundamentos da comunicação pública no contexto do Estado brasileiro, diferenciando-a da comunicação governamental e institucional; papel da comunicação na transparência, na *accountability* e no fortalecimento da cidadania; desafios da comunicação digital contemporânea, incluindo a circulação de informações em redes sociais, o combate à desinformação, a linguagem inclusiva e acessível e as estratégias de diálogo com diferentes públicos; boas práticas de gestão da comunicação em órgãos federais, com exemplos de experiências bem-sucedidas; elaboração de uma estratégia simples de comunicação voltada a um projeto ou política pública, com destaque para a clareza, o foco no cidadão e o uso ético das mídias digitais.

Minicurso: Prevenção e enfrentamento ao assédio moral e sexual e à discriminação no setor público (4h)

Competência: atuar no serviço público de forma ética, respeitando a legislação e a política de enfrentamento ao assédio moral, sexual e à discriminação.

Ementa: conceitos de assédio moral e sexual e discriminação; tipologias de violências no trabalho, considerando gênero e raça com perspectiva interseccional; matriz de gravidade de condutas violadoras; impacto das condutas de assédio e discriminação no trabalho e na integridade física e psicológica das pessoas; bases jurídicas do Programa de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação; protocolo de denúncias para vítimas e gestores públicos.

Minicurso: Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e Prevenção ao Femicídio (8h)

Competência: reconhecer os diferentes tipos de violência contra as mulheres e os mecanismos de prevenção e enfrentamento ao feminicídio, promovendo uma atuação profissional comprometida com os direitos humanos, a equidade de gênero e a proteção das mulheres.

Ementa: violência contra as mulheres e desigualdades de gênero; marcos legais e políticas públicas de enfrentamento; Lei Maria da Penha e Lei do Femicídio; rede de proteção e atendimento; prevenção e enfrentamento à violência de gênero; atuação intersetorial do Estado na promoção dos direitos das mulheres.

6.2. Competências Específicas

As competências específicas que dizem respeito às atribuições do cargo de **Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico** estão voltadas à formação de servidores e servidoras capazes de compreender e atuar nos processos de formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas orientadas à promoção do desenvolvimento socioeconômico sustentável, inclusivo e voltado à redução das desigualdades sociais e territoriais. Espera-se que os profissionais desenvolvam competências analíticas e estratégicas para interpretar cenários socioeconômicos complexos, utilizar evidências na tomada de decisão, articular atores institucionais e propor soluções inovadoras para os desafios do desenvolvimento brasileiro. Essas competências específicas estão organizadas em dois eixos complementares, alinhados às atribuições da carreira e à proposta curricular deste PPC.

O **Eixo 2 - Teorias e Trajetórias do Desenvolvimento Socioeconômico** apresenta conhecimentos, ferramentas analíticas e debates contemporâneos sobre os processos de desenvolvimento socioeconômico, possibilitando a compreensão crítica das dinâmicas econômicas, sociais e territoriais que influenciam a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do país.

Eixo 2 - Teorias e trajetórias do Desenvolvimento Socioeconômico

Competência Geral: Compreender criticamente os fundamentos teóricos, as trajetórias e as abordagens contemporâneas do desenvolvimento socioeconômico, analisando dinâmicas territoriais, desigualdades e experiências nacionais e internacionais para subsidiar a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável, inclusivo e socialmente justo.

Disciplina: A problemática estrutural do desenvolvimento socioeconômico (16h)

Competência: compreender o contexto histórico de construção do conceito de desenvolvimento ao longo do século XX e das estratégias de desenvolvimento para o seu alcance.

Ementa: 1. Crescimento vs. desenvolvimento. 2. Desenvolvimento como processo de mudança estrutural. 3. O papel do Estado no desenvolvimento. 4. Industrialização e desenvolvimento. 5. Pioneiros das teorias do desenvolvimento, estruturalismo cepalino e teorias da dependência.

Disciplina: Visões contemporâneas do desenvolvimento socioeconômico (16h)

Competência: compreender as visões contemporâneas sobre desenvolvimento socioeconômico, enfocando a incorporação da sustentabilidade ambiental e da justiça social, com redução das desigualdades, como motores dos processos de desenvolvimento.

Ementa: 1. Desenvolvimento humano e pobreza. 2. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030. 3. Financeirização e obstáculos ao desenvolvimento: endividamento, estagnação e desigualdade. 4. Clima, sustentabilidade e Grande Impulso (*Big-Push*) para a Sustentabilidade. 5. Desenvolvimento e desigualdades de raça, gênero e classe.

Disciplina: Teorias e Estratégias de Desenvolvimento Regional (24h)

Competência: compreender como a aplicação de políticas públicas e estratégias territoriais contribui para reduzir disparidades socioeconômicas e como evoluiu a aplicação de políticas públicas e estratégias territoriais para reduzir disparidades socioeconômicas no Brasil.

Ementa: 1. Teorias do Desenvolvimento Regional. 2. Concentração e desconcentração da atividade econômica no território. 3. Nova Geografia Econômica sob uma perspectiva crítica. 4. Métodos quantitativos e modelos Insumo-Produto regionais. 5. Desenvolvimento rural e urbano inclusivo e sustentável. 6. Desenvolvimento urbano e rural no Brasil contemporâneo. 7. A experiência de Sudene, Sudam e Sudeco. 8. Bancos de desenvolvimento regionais. 9. Desenvolvimento da Amazônia, fronteiras e políticas de integração nacional.

Disciplina: Economia brasileira contemporânea (16h)

Competência: compreender a experiência brasileira recente de desenvolvimento socioeconômico.

Ementa: 1. Auge e declínio do ciclo desenvolvimentista: da industrialização ao Consenso de Washington. 2. Conectando ao sistema globalizado: abertura comercial e financeira e estabilização da alta inflação. 3. O início do século XXI: políticas sociais, ciclo de commodities e a retomada do crescimento. 4. Financeirização e a crise econômica, política e institucional dos anos 2010. 5. A pandemia de covid-19 e os seus impactos socioeconômicos.

Disciplina: Experiências de desenvolvimento comparadas (16h)

Competência: compreender as trajetórias de desenvolvimento socioeconômico em outros países, tendo como recorte as experiências de *catching-up* mais recentes.

Ementa: 1. China. 2. Índia. 3. México. 4. África do Sul.

Palestra: O Plano de Transformação Ecológica do Brasil (2h)**Laboratório de Caso (28h)**

- **Caso 1:** Endividamento das famílias e políticas de crédito.
- **Caso 2:** Financiamento do desenvolvimento regional no Norte e Nordeste.

Eixo 3 – Políticas Públicas e Desenvolvimento Socioeconômico

O Eixo 3 - Políticas Públicas e Desenvolvimento Socioeconômico apresenta os conhecimentos, ferramentas e debates relacionados à formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas voltadas à promoção do desenvolvimento socioeconômico sustentável e inclusivo. O eixo aborda temas como macroeconomia do desenvolvimento, políticas industriais e tecnológicas, financiamento do desenvolvimento, atuação empresarial do Estado e o uso de evidências para subsidiar a tomada de decisão e aprimorar a ação governamental.

Competência Geral: conhecer as políticas e instrumentos necessários para viabilizar e monitorar políticas públicas de impacto sobre o desenvolvimento; compreender qual é o papel do Estado no planejamento e na implementação de políticas de desenvolvimento, os instrumentos por meio dos quais ele pode atuar e como se dá o processo de financiamento do desenvolvimento socioeconômico.

Disciplina: Tópicos de Macroeconomia do Desenvolvimento (16h)

Competência: compreender a relação entre as políticas macroeconômicas e a promoção do desenvolvimento sustentável e inclusivo, tendo como referência debates contemporâneos sobre implementação das políticas fiscal, monetária e cambial, bem como sobre a relação entre desigualdade e tributação.

Ementa: 1. Regimes de crescimento e distribuição de renda. 2. Política fiscal: despesas, multiplicadores fiscais e a terceira geração de regras fiscais. 3. Desigualdades, tributação e federalismo. 4. Política monetária: institucionalidade

da política monetária, taxa de juros e estabilidade financeira. 5. Taxa de câmbio e controles de capitais.

Disciplina: Formulação de Políticas Públicas em Economia (16h)

Competência: manejar conceitos econômicos e indicadores e empregar métodos quantitativos para conceber a formulação e execução de políticas públicas com ênfase econômica, visando ao alcance de objetivos e resultados da agenda governamental.

Ementa: 1. Política, programa e ação governamental. 2. Problemas de políticas públicas e econômicas: conceitos e construção. 3. Indicadores socioeconômicos, fontes informacionais e seus usos. 4. Impacto fiscal: indicadores e estimativas. 5. Análise de Impacto Regulatório: para além da análise de custo-benefício. 6. Matriz insumo-produto: aplicações à macroeconomia, indústria e sustentabilidade.

Disciplina: Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (16h)

Competência: conceber e executar processos de monitoramento e avaliação de políticas públicas com base em evidências, bem como análises socioeconômicas com base em estatísticas e indicadores.

Ementa: 1. Fontes informacionais e construção de evidências no suporte às políticas públicas. 2. Conceitos, formatos e modelos de monitoramento e avaliação de políticas públicas. 3. Avaliação *ex ante* e *ex post*. 4. Avaliação de efetividade e avaliação de impacto. 5. Processo de absorção de evidências e avaliações nas diferentes fases das políticas públicas. 6. Limitações e críticas dos modelos convencionais de avaliação de políticas públicas.

Disciplina: Políticas industriais e tecnológicas (12h)

Competência: compreender a concepção e das políticas industriais e tecnológicas contemporâneas, considerando o papel das compras públicas, as experiências internacionais recentes e o plano Nova Indústria Brasil.

Ementa: 1. O “renascimento” das políticas industriais no mundo: soberania, transição verde e indústria 5.0. 2. Políticas industriais guiadas por missões. 3. Compras públicas: tecnologia, inovação e sustentabilidade. 4. Experiências brasileiras de políticas industriais e o plano Nova Indústria Brasil.

Disciplina: Estatais e desenvolvimento (12h)

Competência: compreender as formas de atuação empresarial do Estado, reconhecendo a diversidade de experiências ao redor do mundo, seja em economias ditas avançadas ou em economias emergentes, e o papel desempenhado pelas empresas estatais no desenvolvimento socioeconômico inclusivo e sustentável.

Ementa: 1. Mercados e estruturas de governança alternativas: a atividade empresarial do Estado. 2. Estatais no mundo: experiências históricas selecionadas. 3. Estatais e mudança estrutural no Brasil: do ciclo desenvolvimentista à era das privatizações. 4. Estatais e mudança estrutural no Brasil: da retomada dos anos 2000 à Lei das Estatais. 5. Análise de indicadores de balanço e fiscais, sustentabilidade

econômico-financeira das estatais e IG-Sest. 6. Discussões contemporâneas sobre estatais no Brasil e no mundo e seu papel no desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Disciplina: Financiamento do desenvolvimento (12h)

Competência: compreender as complexidades do processo de financiamento do desenvolvimento inclusivo e sustentável, envolvendo a mobilização de recursos públicos e privados em quantidades e condições adequadas, os instrumentos e as estruturas de governança do financiamento e as discussões contemporâneas sobre essa problemática.

Ementa: 1. O problema do financiamento (*finance*, *funding* e fragilidade financeira) e os instrumentos de financiamento do desenvolvimento. 2. Instituições financeiras de desenvolvimento. 3. Financiamento à inovação. 4. Finanças sustentáveis. 5. *De-risking*, fundos *blended finance* sob uma perspectiva crítica.

Palestra: Financiando o desenvolvimento no século XXI (2h)

Laboratório de Caso (28h)

- **Caso 3:** Uso do poder de compra do Estado para promoção do desenvolvimento sustentável e inclusivo.
- **Caso 4:** Nova Indústria Brasil (NIB) e política industrial guiada por missões.

7. CARGA HORÁRIA

Cargo	Carga horária	Nº de semanas	Distribuição de carga horária por atividade	Condição de oferta
Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico	360h	9 semanas	128h - Disciplinas do eixo basilar 176h - Disciplinas específicas. 56h -Laboratório de casos em PBL (atividade interdisciplinar compreendida nos eixos 02 e 03)	Modalidade de oferta presencial

8. METODOLOGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A proposta metodológica do curso está orientada à integração entre conhecimentos acadêmicos, experiências profissionais e desafios concretos da Administração Pública. As atividades de ensino e a aprendizagem serão organizadas para favorecer a participação ativa, a reflexão crítica, a colaboração, a aplicação prática dos conteúdos e o desenvolvimento progressivo das competências previstas neste Projeto Pedagógico.

A aprendizagem será centrada nas pessoas discentes, reconhecidas como profissionais que trazem conhecimentos, experiências, repertórios e diferentes perspectivas sobre a atuação estatal. O corpo docente exercerá funções de mediação, orientação, problematização e sistematização dos conhecimentos.

Poderão ser adotadas, de forma combinada, as seguintes estratégias:

- aulas dialogadas;
- sala de aula invertida;
- estudos de caso;
- aprendizagem baseada em problemas;
- aprendizagem baseada em projetos;
- laboratórios de caso;
- oficinas de aplicação;
- simulações;
- debates orientados;
- análise de dados, documentos, políticas, programas e decisões governamentais;
- trabalhos individuais e em grupo;
- seminários;
- palestras e diálogos com especialistas;
- visitas técnicas, quando previstas;
- estudos prévios e atividades acadêmicas orientadas.

Conheça, a seguir, duas metodologias que serão aplicadas nesta formação.

Sala de aula invertida: será utilizada nas disciplinas que prevejam estudo prévio de textos, vídeos, dados, normas, casos ou outros materiais. O tempo de interação presencial será dedicado prioritariamente ao aprofundamento conceitual, à discussão de problemas, à aplicação dos conhecimentos e à construção coletiva de soluções.

Estudos de caso: aproximarão os conteúdos acadêmicos de situações reais ou verossímeis da Administração Pública. Sua utilização deverá estimular a análise de contextos, a identificação de atores e interesses, a consideração de alternativas, a avaliação de riscos e consequências e a fundamentação de decisões.

As metodologias serão selecionadas de acordo com os objetivos de aprendizagem, a natureza dos conteúdos, as competências a serem desenvolvidas e as características

de cada atividade. O planejamento docente deverá explicitar a relação entre objetivos, conteúdos, estratégias de aprendizagem e critérios de avaliação.

Os materiais didáticos deverão observar critérios de qualidade acadêmica, atualidade, acessibilidade, diversidade de referências e adequação ao público do curso. A seleção de autores, casos e experiências deverá contemplar diferentes perspectivas teóricas, territoriais, sociais e institucionais, em consonância com os princípios de diversidade, equidade e inclusão.

9. LABORATÓRIO DE CASO

O laboratório de caso constitui atividade integradora destinada à mobilização dos conhecimentos e das competências desenvolvidas ao longo do curso. Sua finalidade é proporcionar às pessoas discentes a análise aprofundada de um problema público relacionado ao campo de atuação da carreira e a elaboração de alternativas de intervenção fundamentadas em evidências.

O laboratório deverá articular conteúdos de diferentes disciplinas e favorecer:

1. a delimitação de problemas públicos;
2. a análise do contexto político, institucional, social, econômico e territorial;
3. o mapeamento de atores, competências e relações de governança;
4. a coleta e a interpretação de dados e evidências;
5. a identificação de riscos, restrições e oportunidades;
6. a formulação e a comparação de alternativas;
7. a construção de propostas de ação;
8. a comunicação técnica dos resultados.

Os casos poderão ser reais, adaptados ou simulados, desde que preservem a complexidade e a relevância para o exercício profissional. A atividade poderá envolver produtos individuais e coletivos, apresentações orais, notas técnicas, pareceres, diagnósticos, planos de ação, propostas de políticas, projetos ou outros produtos compatíveis com os objetivos do eixo.

Os critérios de avaliação do laboratório deverão ser divulgados previamente e poderão considerar a qualidade da análise, a utilização de evidências, a coerência entre problema e solução, a viabilidade das propostas, a observância dos princípios éticos e democráticos, a capacidade de articulação entre conteúdos e a clareza da comunicação.

10. PROCESSO DE AVALIAÇÃO

10.1. Avaliação da Aprendizagem

A avaliação da aprendizagem terá caráter formativo e somativo e será orientada pelas competências, pelos objetivos de aprendizagem e pelos conteúdos previstos em cada componente curricular.

A dimensão formativa permitirá acompanhar o processo de aprendizagem, oferecer devolutivas e orientar o aperfeiçoamento do desempenho das pessoas estudantes. A dimensão somativa permitirá verificar o alcance dos resultados de aprendizagem e atribuir as notas necessárias à conclusão do curso.

Poderão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:

- estudos de caso;
- avaliações escritas;
- trabalhos individuais ou coletivos;
- notas técnicas;
- pareceres;
- relatórios;
- exercícios de análise de dados;
- apresentações orais;
- projetos;
- planos de ação;
- participação qualificada em atividades acadêmicas;
- produtos desenvolvidos nos laboratórios de caso.

Os instrumentos deverão guardar correspondência com as competências e os objetivos de aprendizagem de cada disciplina ou eixo. Os critérios de avaliação serão apresentados previamente às pessoas discentes e deverão considerar, conforme a natureza da atividade:

- domínio dos conteúdos;
- capacidade analítica;
- utilização de dados e evidências;
- aplicação dos conhecimentos;
- coerência argumentativa;
- qualidade técnica;
- viabilidade das propostas;
- articulação entre diferentes conteúdos;
- clareza da comunicação;
- observância dos princípios éticos e democráticos;
- capacidade de trabalho colaborativo.

Para aprovação, a pessoa discente deverá:

1. obter nota mínima de 60 pontos em cada eixo curricular;
2. alcançar média final igual ou superior a 70 pontos, calculada a partir das notas dos eixos;
3. cumprir a frequência mínima de 75% estabelecida para cursos de pós-graduação lato sensu;
4. concluir as atividades acadêmicas obrigatórias;
5. atender aos demais requisitos definidos no regulamento acadêmico da Enap e neste Projeto Pedagógico.

A eventual recuperação da aprendizagem, o tratamento de ausências justificadas e as possibilidades de reposição de atividades deverão observar o regulamento acadêmico e as normas institucionais aplicáveis.

Os Laboratórios de Caso são atividades acadêmicas obrigatórias em razão de sua natureza prática, integradora e avaliativa. A exigência de participação nessas atividades é de 75%, sem prejuízo do cumprimento da frequência mínima global do curso.

10.2. Avaliação de reação

A avaliação de reação terá como objetivo produzir informações para o acompanhamento da qualidade acadêmica, da pertinência dos conteúdos, da adequação das metodologias e do alcance dos objetivos do curso.

O corpo docente e a equipe responsável pela coordenação também poderão participar de processos avaliativos, a fim de identificar resultados, desafios e oportunidades de aperfeiçoamento.

Os resultados serão sistematizados e utilizados para orientar ajustes pedagógicos, acadêmicos e operacionais, bem como o aprimoramento de futuras edições do curso e do Programa de Profissionalização para Carreiras.

11. CERTIFICADO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

O curso integra o Programa de Profissionalização para Carreiras e possui natureza de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização, com carga horária total de 360 horas.

Terá direito ao certificado a pessoa discente que:

1. cumprir a frequência mínima prevista nas normas aplicáveis;
2. alcançar os resultados acadêmicos mínimos definidos neste Projeto Pedagógico;
3. concluir as atividades obrigatórias;
4. atender aos requisitos acadêmicos e administrativos estabelecidos pela Enap.

O certificado será expedido pela Escola Nacional de Administração Pública e registrará:

- a denominação do curso;
- a natureza de pós-graduação lato sensu;
- a carga horária;
- o título acadêmico conferido;
- o período de realização;
- os demais elementos exigidos pela legislação e pelas normas institucionais.

A conclusão do curso conferirá o título de Especialista em Políticas de Desenvolvimento Socioeconômico. O certificado acadêmico reconhece a conclusão da especialização e o desenvolvimento das competências previstas no curso. O exercício das atribuições do cargo decorre da investidura e das normas legais aplicáveis à carreira.

12. INFRAESTRUTURA E APOIO À APRENDIZAGEM

A Enap disponibilizará a infraestrutura necessária à realização das atividades acadêmicas, observadas as características do curso e as condições definidas para cada edição.

- salas de aula adequadas às metodologias participativas;
- ambientes para atividades em grupo;
- auditórios;
- recursos audiovisuais;
- acesso à internet;
- ambientes virtuais de aprendizagem;
- biblioteca e bases de dados;
- materiais didáticos e recursos digitais;
- espaços para atendimento e orientação acadêmica;
- recursos de acessibilidade.

Os ambientes físicos e digitais deverão favorecer a participação, a colaboração, a interação entre docentes e estudantes e a realização das atividades práticas previstas no curso.

A organização acadêmica deverá assegurar condições de acessibilidade física, comunicacional, informacional, metodológica e tecnológica.

As necessidades específicas das pessoas discentes deverão ser identificadas e tratadas de acordo com as normas institucionais e a legislação vigente.

A coordenação do curso será responsável por articular os recursos acadêmicos, administrativos e tecnológicos necessários ao desenvolvimento das atividades e por adotar as providências necessárias diante de situações que possam comprometer o acesso, a participação ou a aprendizagem.

13. PERÍODO DE REALIZAÇÃO E JORNADA DE ATIVIDADES

O início das aulas está previsto para o dia 18 de agosto e seu término para o dia 23 de outubro de 2026.

A jornada de atividades está dividida em dois períodos (matutino e vespertino), com intervalo de duas horas para almoço. A carga horária de 8 horas diárias está dividida em 6 horas de atividades em sala de aula e duas horas para leitura, estudo e preparação. Os horários das atividades em sala de aula serão divulgados no site eletrônico da Enap.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFFECTO, Romeu; TERÇARIOL, Adriana Aparecida de Lima; GITAHY, Raquel Rosan Christino. **A aprendizagem baseada em problemas e a internet de todas as coisas**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2023.
- BRASIL. Lei nº 15.141, de 2 de junho de 2025. **Cria a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 3 jun. 2025. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/l15141.htm. Acesso em:
- CAMPANI, A.; SILVA, R. M. G. da; PARENTE, P. M. M. Inovação pedagógica na Universidade. **Revista Educação e Fronteiras. On-Line**. Dourados/MS. v.8. n.22. p.18-34, jan./abr 2018.
- CARBONEL, P. P. **Gestão por competência e gestão do conhecimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- CARBONELL, Jaume. **A aventura de inovar: a mudança na escola**. Trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- COLL, César; MONEREO, Carles et al. **Psicologia da Educação Virtual: aprender e ensinar com as Tecnologias da Informação e Comunicação**. Porto Alegre, RS; Artmed, 2010.
- COMISSÃO EUROPEIA. Memorando sobre aprendizagem ao longo da vida. **Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias**, 2000.
- CUNHA, Maria Isabel. Inovações pedagógicas: o desafio da reconfiguração de saberes na docência universitária. São Paulo, SP, **Cadernos Pedagogia Universitária**, USP, 2008.
- DELORS, Jacques (org.). **Educação: Um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- ENAP. **Competências transversais de um setor público de alto desempenho**. Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Brasília, DF, 2020. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/5663>. Acesso em:
- ENAP. **PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional (2020-2024)**. Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Brasília, DF, 2021. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6481>. Acesso em:
- HUBERMAN, A. M. **Como se realizam as mudanças em educação: subsídios para o estudo da inovação**. São Paulo: Cultrix, 1973.
- LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática**. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2003.
- MASSETO, Marcos T. et al. Inovação curricular no Ensino Superior: entrevista com Marcos Tarciso Masetto. **Rev. Docência Ens. Sup.**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 203-210, jan./jun. 2017.
- MAZUR, Eric. **Peer Instruction: a revolução da aprendizagem ativa**. Tradução de Carlos Barcelos. São Paulo: Editora Blucher, 2015.
- MORAN, José Manuel; BACICH, Lilian; MORAN; TREVISANI, Fernanda (orgs.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.
- PERRENOUD, P. L'Approche par compétences durant la scolarité obligatoire: effet de mode ou réponse décisive à l'échec scolaire? In: PERRENOUD, P. **Construire des compétences dès l'école** Paris, ESF, 1997. p.93-110. Disponível em: http://www.unige.ch/fapse/SSE/teachers/perrenoud/php_main/textes.html. Acesso em: 11 abr. 2023.
- RIBEIRO, Roberto Portes. **Aprendizagem baseada em problemas no ensino de simulação aplicada à Administração**. 2016. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

- RIBEIRO, R. P; VIANA, A. B. N. Estruturação do PBL para aplicação em disciplinas do curso de graduação em Administração. **Revista de Graduação USP**, v. 3, n. 1, p. 39-47, 2018.
- RODRIGUES, M. M. A noção de Educação ao longo da vida como eixo orientador das políticas de educação para jovens e adultos. **Cadernos ANPAE**, v. 8, p. 1-18, 2009. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/simposio2009/242.pdf>. Acesso em: nov. 2023.
- RODRIGUES, Marilda Merêncio. Matrizes e repercussões da educação ao longo da vida como política educacional. In: EVANGELISTA, Olinda. (org.). **O que revelam os slogans na política educacional**. Araraquara: Junqueira e Marin, 2014. v. 1, p. 203-243.
- SILVA, Marco. **Que é interatividade?**. Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro, v. 24, nº 2, mai./ago. 1998.
- TAVARES, Rosilene Horta. **Didática Geral**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
- TAVARES, Rosilene Horta. **Didática Geral**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
- VEIGA, Ilma Passos. Projeto Político da Escola: uma construção coletiva. Ilma P. A. Veiga (org.). **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível**/Campinas, SP: Papirus, 1995.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 23, n. 61, 2003, p. 267-281. Doi: 10.1590/S0101-32622003006100002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/cH67BM9yWB8tPfXjVz6cKSH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2021.

Legislação da carreira de ATDS

BRASIL. Lei nº 15.141, de 2 de junho de 2025. **Cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico e a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ed. 103, p. 2, 3 jun. 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/l15141.htm Acesso em: 4 jul. 2026.

Legislações gerais

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Secretaria de Gestão de Pessoas; FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP). **Instrução Normativa SGP-ENAP/MGI nº 11, de 27 de março de 2024**. Altera as Competências Transversais de um Setor Público de Alto Desempenho, do Anexo I da Instrução Normativa SGP-ENAP/SEDGG/ME nº 21, de 1º de fevereiro de 2021. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, ed. 64, p. 34, 3 abr. 2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-sgp-enap/mgi-n-11-de-27-de-marco-de-2024-551510544>. Acesso em: 4 jul. 2026.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos/Secretaria Executiva/Diretoria de Carreiras Transversais. PORTARIA DICAT/SE/MGI Nº 5.724, DE 10 DE JULHO DE 2026. Institui o Programa de Profissionalização para as Carreiras de Desenvolvimento de Políticas de Justiça e Defesa e de Desenvolvimento Socioeconômico. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, ed. 130, p. 81, 14 jul. 2026. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-dicat/se/mgi-n-5.724-de-10-de-julho-de-2026-718723285>. Acesso em: 4 jul. 2026.



MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS

